

O Regulamento Interno da **Promov Rebordosa – Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa**, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o efeito, realizada em treze de Junho de dois mil e seis.

O Presidente da Assembleia Geral

(Manuel Adriano Moreira Campos)

# **REGULAMENTO INTERNO**

## **Capítulo I**

### **Caracterização denominação, Sede, Fundação, Acção e Fins**

#### **Artigo. 1º**

A Associação tem a designação de **PROMOV REBORDOSA – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA**, com sede na Avenida Bombeiros Voluntários, nº 158, rés-do-chão, direito, em Rebordosa, tendo por objecto fomentar e impulsionar, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento cultural, social, recreativo e desportivo, em especial dos seus associados e da população de Rebordosa em geral, através da promoção dos mais diversos eventos, como festas, bailes, torneios desportivos, jogos lícitos, sessões culturais, prestação de auxílio, na medida das suas possibilidades, de carácter benéfico, filantropo e humanitário, especialmente, aos associados e seus familiares.

#### **Artigo. 2º**

Propõe-se ainda esta Associação:

- a) Fomentar e impulsionar, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento cultural, social, recreativo e desportivo, em especial dos seus associados e da população de Rebordosa em geral;
- b) Defender e promover os valores fundamentais do ser humano;
- c) Desenvolver a cooperação e solidariedade entre os seus associados, através da realização das mais diversas iniciativas a levar a cabo, na prossecução desse objectivo;
- d) Cooperar com outros organismos associativos, bem como com instituições e entidades públicas e privadas, cujos fins sociais, não contrariem estes estatutos bem como o regulamento interno;
- e) Difundir e promover o património da Cidade de Rebordosa, nas suas diversas vertentes.

#### **Artigo. 3º**

Foi fundada em 17/02/2005, por escritura lavrada no Cartório Notarial de Paredes e objecto de alteração, por escritura outorgada em 30/06/2005, no Cartório Notarial de Paços de Ferreira. Os estatutos bem como a escritura de alteração, foram publicados na III série do D.R. de 09/08/2005.

## **Capítulo II**

### **Logótipo, sigla, bandeira e estandarte**

#### **Artigo. 4º**

1- A Associação **PROMOV REBORDOSA – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA** usa o logótipo, abaixo reproduzido:



2 – Em todos os seus documentos internos e externos, a Associação usará o logótipo aprovado.

3 – A Associação tem estandarte e bandeira que usará, conforme deliberação da respectiva Direcção.

## **Capítulo III**

#### **Artigo. 5º**

### **Dos Associados**

1 - Todos os direitos e deveres dos associados, bem como as respectivas categorias, constam dos estatutos da Associação, com excepção da jóia e quota.

2 – O montante da jóia para o ano seguinte, é discutido e aprovado, anualmente na Assembleia Geral para apreciação e votação do relatório e contas da Direcção bem como o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

3 – O valor e periodicidade das quotas dos associados são, de igual modo objecto de discussão e aprovação anual na supra referida Assembleia Geral.

## **Capítulo IV**

### **Órgãos da Associação**

#### **Artigo. 6º**

**1** – Nos termos do artigo 15º dos estatutos, são órgãos da Associação: **A Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal**, cujo mandato tem a duração de dois anos.

**2** - Os membros dos órgãos da Associação podem ser reeleitos.

## **Capítulo V**

### **Das Comissões e respectivos Presidentes**

#### **Artigo.7º**

**1** – Nos termos do artigo 26º dos estatutos, cabe à Direcção da Associação nomear comissões para a realização de determinados eventos, tendo cada uma delas um Presidente, igualmente nomeado pela Direcção, que será coadjuvado por um número de elementos a determinar, de acordo com o evento em questão.

**2** - É da responsabilidade do Presidente de cada Comissão a angariação dos fundos necessários para a realização do evento em causa, bem como a aplicação daqueles fundos nos termos e em consonância com o orçamento previsional, previamente elaborado para tal efeito e fornecido pela Direcção, bem como o respectivo plano de actividades e manual de procedimentos, sob a supervisão e o parecer favorável do Conselho Fiscal.

**3** - A Direcção delegará os poderes necessários e permitidos por Lei e pelos estatutos no Presidente da Comissão para a prossecução dos seus objectivos, ficando este, responsável pessoal, civil e criminalmente por todos os desvios ou derrapagens orçamentais que, porventura ocorram.

**4** - É obrigação do Presidente de cada Comissão, reunir com a Direcção, sempre que esta entenda oportuno, a fim de lhe serem prestados todos os esclarecimentos e informações tidas por necessárias.

**5** – Esta Associação facultará às comissões apoio informático, com acesso à base de dados, logístico e procedimentar que melhor se coadunar à prossecução dos objectivos visados.

**6** – Sempre que se tratem de eventos periódicos para os quais a Direcção entenda nomear uma comissão, a comissão cessante, através da pessoa do seu Presidente poderá indicar à Direcção, um conjunto de cidadãos que, no seu entender, poderão levar a cabo o próximo evento congénere com êxito.

7 – No caso da delegação de poderes por parte da Direcção prevista na alínea d2) do nº 1 do artigo 26º dos estatutos, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras para a Associação, nomeadamente contratos seja qual for a sua índole, devem ser assinados, pelo menos, pelo Presidente da Direcção e pelo Tesoureiro, podendo qualquer um deles, nos termos do disposto no artigo 30º dos estatutos, delegar tais funções e responsabilidades no Presidente da Comissão nomeado, devendo para tal ser lavrada acta de Direcção expressamente para esse efeito.

7.1 – A supra citada delegação de poderes poderá compreender, caso a Direcção assim o entenda, a abertura de uma conta bancária, em nome da Associação, em que o presidente da Direcção ou o tesoureiro delegarão poderes no Presidente da Comissão nomeada para a realização de determinado evento de forma a que este, conjuntamente com o elemento da Direcção que não procedeu à delegação de poderes, movimentem a aludida conta bancária. Tal deliberação deverá, de igual modo, constar de acta de Direcção.

8 – Os Presidentes destas comissões, ainda nos termos do disposto no citado artigo 26º poderão ser nomeados, pela Direcção desta Associação, como Directores Adjuntos.

## **Capítulo VI**

### **Artigo. 8º**

#### **Disposições Gerais**

1 - Em tudo o que este regulamento interno for omissivo, aplicar-se-ão os estatutos e a Lei Geral

2 - O presente Regulamento Interno entra em vigor quinze dias após aprovação em Assembleia-geral, devidamente convocada para o efeito.

O Presidente da Assembleia Geral:

(Manuel Adriano Moreira Campos)

O Secretário da Assembleia Geral:

(António Ribeiro Barbosa)